

ave, o contingente de votos necessário à vitória, mas foi consagrado pelo povo como um verdadeiro líder popular, sem anúncio e sem a nababesca propaganda. Com a coação dos milhões, conseguiu revelar que parte da população do Brasil em São Paulo, a esperança. De outro lado, o ilustre Marechal Teixeira Lott, homem probro, digno e honesto, que o Brasil se penitenciará de não ter tido na Presidência da República, por ter perolado o pleito, não merece que se lhe faça um enterro. Enterrem, sim, as ilusões, desde já, aqueles que venceram, no candidato vitorioso porque terão certeza que semearam ventos e vão colher tempestades.

Esta gente que hoje na sua insana, quer fazer enterros de candidatos derrotados e, ao mesmo tempo afrontar colegas desta Casa, deveria antes ajoelhar-se e pedir a Deus que proteja o Brasil.

O Governador de São Paulo vai permitir essa violência? Vai permitir esse triste e doloroso espetáculo? É possível que sim! É possível que não! E nos aguar adivinhas as providências, inclusive aquelas que o Presidente desta Casa deverá tomar em defesa dos deputados, que segundo se anuncia vão ser alvo da ira de certo popular.

Não compreendo que se possa fazer coisas como essa no Estado civilizado de São Paulo, que teve uma eleição limpa, onde todos exerceram livremente o seu direito e onde o candidato deles foi vitorioso. Que o vencido muitas vezes se desmante, é coisa que não se aplaude e nem se justifica, mas se compreende. Mas que o vitorioso tenha querer tripudiar sobre o vencido, numa demonstração de falta de educação política, é coisa que estorpece e que dá muito bem a amostra do que podemos ter pela frente. De nossa parte, que podemos fazer, senão o protesto veemente de desta tribuna lancemos, senão a nossa palavra para ser ecoada se possível, até os Campos Elísios? Mas como lá é muito longe, pelo menos até os ouvidos do Sr. Presidente, que está tão próximo.

Se nenhuma providência for tomada e se São Paulo assistir a esse doloroso espetáculo, que fique o protesto desta Casa, o protesto democrático de quem deseja ver o Brasil num progresso crescente de civilização e que não possa satisfazer-se quando parte de uma população que sai à rua para dar uma dolorosa demonstração de imaturidade política.

O Sr. Chaves de Amarante — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MARCO ANTONIO — Com imenso prazer, nobre deputado.

O Sr. Chaves de Amarante — Obrigado, nobre deputado. Desejo dizer a V. Exa. que, nesta altura dos acontecimentos, nos homens públicos que estavam lealmente defendendo candidaturas diversas, se correntes de opinião pública, convencidos que melhor servia ao povo com o seu candidato, nos que tivemos a felicidade de verter no Brasil e em São Paulo, eleições escuras, livres porque foi uma demonstração inequívoca de civismo e de maturidade do povo brasileiro, nos, nesta altura dos acontecimentos não vemos vencedores nem vencedores. Nós representamos uma parcela do grande povo paulista, e vemos hoje um novo Presidente da República que por certo necessitará da colaboração de todos os brasileiros para poder equacionar e resolver os seus angustiantes problemas.

Portanto, faria um apelo ao nobre deputado que entrasse as paixões da campanha política, porque se estivemos divididos em várias correntes, hoje, sem dúvida nenhuma, todos nós estamos unidos com o propósito de bem servir o povo de nossa terra. Procuremos, dentro desse den minador comum, entender-nos, a fim de que possamos dar uma parcela do nosso esforço pela grandeza de nossa pátria.

O SR. MARCO ANTONIO — Eminentíssimo deputado Chaves de Amarante, não sou eu quem veio trazer para este plenário as minhas paixões. Elas vieram através de um aparte que nos deu notícia de fatos dolorosos e tristes. Todavia, creio, eminentíssimo deputado, pouco afeito à vida política, sem compreensão maior das concessões que naturalmente se costumam fazer, guardarei no mais íntimo de mim mesmo as minhas paixões que eu entendo santas e que espero levar ao túmulo, porque são fruto de minhas convicções. Agradeço, de qualquer forma, o aparte de V. Exa., que superiormente nos vem dizer que não existem vencidos nem vencedores. É a amabilidade de V. Exa. que o leva a essa afirmação, porque há vencidos e há vencedores. V. Exa. é um vencedor, eu sou um vencido. (Não apoiado) Mas não importa! Cada um de nós continuará com o seu pensamento, e este, pode crer, é sempre favorável aos reais e altos interesses de nossa terra. Combatemos uma candidatura porque entendíamos que era a pior de todas. V. Exa. entendeu ser a melhor. Guardamos nossas opiniões, e oxalá possa eu dizer, no término do próximo mandato presidencial, que eu estava errado e que V. Exa. estava certo. Darei minha mão à palmatória, porque não sou nada, nem zero, diante da grandeza do povo brasileiro, que merece justiça!

Hoje, porém, convencido ainda de que o pior venceu, eu sou obrigado a reconhecer vitoriosos e vencidos na luta eleitoral. Nós fomos vencidos! Os nossos ideais não foram confirmados e não encontraram ressonância na maioria do povo. Não importa. Continuaremos na nossa batalha. Talvez sejamos nós os errados talvez amanhã o destino possa dizer que erradi era o lado de V. Exa. O amanhã dirá. Mas continuo a pedir a Deus que o erro esteja do nosso lado. Não teremos amanhã prazer em dizer que estávamos com a razão, pois se a razão tiver estado do nosso lado quem perdeu foi o Brasil!

O Sr. Chaves de Amarante — Nobre deputado, essas notícias trazidas ao Plenário pelo deputado Rocha Mendes são novidades também para nós. Essas manifestações não partiram das agremiações situacionistas, nem das forças que apoiaram a candidatura de Jânio Quadros. Tal enterro foi promovido à nossa inteira revelia. Também nós reprovamos essa atitude, que não se justifica sobretudo agora, quando precisamos antes de tudo de tranquilidade para que o novo presidente possa cumprir a sua histórica missão.

O SR. MARCO ANTONIO — Felizmente, à nossa palavra de vencidos soma-se a palavra dos vencedores, contra essa passeata que revela imaturidade política e falta de educação cívica. Todavia, não há de ser um enterro que meia dúzia de papalhões possam fazer que acaba por enterrar os nossos ideais, as nossas idéias e os nossos propósitos. O Sr. Jânio Quadros sairá do âmbito de nossas críticas, porque, no governo da República se distanciará de nós. Mas aquilo que pudemos fazer, continuará a ser feito. Não é porque subiu, porque vai ser o dono da República, desta infeliz República que encontrará, nem o nosso silêncio, nem o nosso plano. Nessa crítica há de estar presente porque continuamos convencidos de que foi o pior que venceu.

Todavia os povos têm o seu destino inexorável. Nós não somos no dia de hoje senão a soma dos dias anteriores. O Brasil não eleger um homem agora porque a vontade de um povo espontaneamente tenha nascido, não! Nós somos a soma da nossa história, das nossas tradições, dos nossos erros, dos nossos vícios e também das nossas virtudes. A soma deu isto que aí está. Que seja para o bem do Brasil, não de todos transar e desajar.

Mas o meu prognóstico não é neste sentido. Haveremos de ter um governo de propaganda, tal qual o Governo Carvalho Pinto, onde os sussurros de meios de comunicação não de se fazer sentir para enocuar um homem que tem todas as características de ditador e não de presidente de uma república democrática.

De qualquer forma, seja na tribuna ou seja na imprensa, não há de ser a mesma coisa. Os nossos ideais não se apocumam nas palavras, mas na ação, com coragem e com vontade de servir a esta terra tão cara.

Senhores, pobre povo brasileiro pobre povo de São Paulo! Coisas que não existem para os pobres serão na hora da eleição: promessas, promessas, promessas, e logo im seguida o engodo e o elidido. São Paulo, os filhos de todos, do governo cuja deficiente, toca as raízes da insinceridade política.

Temos à frente do Governo de São Paulo um homem sem nenhuma sensibilidade política. Temos à frente do Governo de São Paulo um banqueiro milionário e que se orgulha de mostrar cada vez um orçamento maior e maior, se um orçamento maior pudesse por si só, dizer de vantagens para o povo.

Como se compreende um estado rico com um povo pobre? É a soma que as coisas estão caindo: um povo aonde a um povo cheio de necessidades e um governo a arrecadar cada vez mais e a viver através de seu Secretário da Fazenda, conhecido barãozinho, que o orçamento para o próximo ano é de 105 bilhões de cruzeiros. Prepara-se o povo de São Paulo para maior miséria.

Governo insensível, governo antidemocrático, governo que combate o pobre a um esmoço de se ver validado do pobre.

A defesa de um povo se faz através da possibilidade de aplicação de riqueza. Por isso eu fui e sou favorável a Juscelino Kubitschek, porque S. Exa. deu a criação de novas indústrias de trabalho ao brasileiro, para que este povo possa vencer a própria miséria e não como a miséria estrangeira. Com isto há possibilidade de criação de riqueza que, mais distribuída para a felicidade de um maior número de criaturas.

São Paulo porém, tem uma política diversa. São Paulo arrecada arrecada cada vez mais e o povo, cidade mal informada e também face a sua ignorância, não pode compreender que arruina um orçamento fabuloso e um país a um país próprio povo. Quando se tira da circulação, quando se tira da mão do particular dentro de um exercício, 105 bilhões de cruzeiros, e se enriquecendo esse povo, povo que paga este dinheiro porque quando o dinheiro está na mão do particular, o particular é rico, porque o particular é industrial, o particular é comerciante, o particular é intermediário. O Estado não, o Estado imobiliza o dinheiro, principalmente neste governo que anuncia, como

a maioria dos seus gastos, obras públicas. Terminando este quadriênio não haverá crédito do interior do Estado que não terá um prédio, como se porventura não fosse o bastante para defender um povo. Prédio é dinheiro imobilizado, é riqueza que se tira da circulação. A sensibilidade política é quem diz a um governado, e quem informa ao Executivo o limite da necessidade a ser atendida. O povo tem inúmeras necessidades, e são as necessidades do povo que justificam a criação dos governos. O Estado nada mais é do que a expressão de uma necessidade.

Mas, se o Estado existe para atender necessidades, ele não pode atender essas necessidades sem consultar primeiro a capacidade tributária do povo. Não se pode empobrecer o povo, mesmo sob o pretexto de dizer que é para atender às suas necessidades. Não! As nossas necessidades públicas de certa forma se assemelham às nossas necessidades privadas.

Dentro de nossas casas deve faltar muita coisa. Muita coisa é necessária, mas nós não podemos obtê-las todas a um só tempo, porque não o nosso orçamento que bitola o atendimento dessas necessidades.

Na vida pública é também a capacidade do povo que bitola o atendimento das necessidades. Ora, o Sr. Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, digno desta época em que a U.D.N. vence, Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, que ontem um orçamento para o exercício que corre de 82 bilhões de cruzeiros, bate as portas desta Casa, na sua absoluta insensibilidade política e humana, para pedir aos Srs. deputados uma suplementação de mais 3 bilhões e 200 milhões de cruzeiros. E vamos, assim, a 86, quase 87 bilhões de cruzeiros para 1960, exercício que ainda não se findou e que pode antes de findar, trazer a surpresa de novas suplementações. E quem vai pagar isto é o povo que nos mandou para aqui; o povo que nos deu esta posição; o povo que nos fez deputados. E nós, feitos deputados pelo povo, podemos trabalhar contra esse povo? Podemos dar mais esta suplementação, que vai sair dos minguados cofres desse povo que nos elegu?

Diante de um argumento destes era de concluir: Não, os Srs. deputados não vão dar esta suplementação. Mas isso se houvesse lógica, se houvesse verdade, se houvesse verdadeira democracia. Como tudo isto é apenas um simulacro de democracia, onde os fatos são contados aqui e acolá das formas mais variadas, conforme as eleições, não é necessário atender aos interesses do povo, inclusive porque a imprensa não vai levar ao povo o conhecimento das mazelas, das coisas que se fazem nesta Casa contra o povo.

Noutro tempo, como era agradável ler os jornais pela manhã, na luta em benefício do povo, nos combates às proposições, no alerta que dava a todos.

Hoje inventaram uma forma interessante: é o crime e o esporte. Materia política não tem importância. E o povo vai se anestesiando pelas manchetes dos jornais que anunciam os crimes mais escabrosos.

E depois outra parte da população se extasia com um espetáculo de futebol, e quando um Pelé faz uma das suas dribluras, manchetes em todos os jornais. Quando essa moça simpática, Ester Bueno, ganha campeonatos de tênis — e eu também bato palmas, é claro! — os jornais ficam satisfeitos porque, através das notícias desses feitos de Ester, vai continuando na sua obra anestésica contra o povo, para atender apenas aos seus interesses, interesses pecuniários das empresas jornalísticas.

A humanidade lutou, a humanidade verteu sangue, a humanidade deu vidas para que se conseguisse a liberdade, e vem desde a antiguidade esta luta constante em busca de maior liberdade. Quando o feudalismo caiu, daí te daquele povo temonamental de França, na sua revolução, abalou-se o alicerce de todas as dinastias, de todos os governos fortes, para dar azo a que nascesse, na idade moderna, esta classe que foi a classe média, que foi o proletariado, os operários. E daí para cá, nesta luta constante, foi aumentando cada vez mais a possibilidade de o homem ser livre. Em pleno regime democrático na era moderna, nascem-se as liberdades dos povos. E entre essas liberdades a de maior significação era a liberdade de expressão: o poder de dizer as coisas sem que se tivesse o quante da força por trás. Traduzindo essa liberdade de expressão foi que se conseguiu a mais maravilhosa das liberdades, que era a liberdade de imprensa, porque a liberdade de expressão, no homem comum é uma liberdade que não tem sentido material muito próprio, porque a palavra não pode ir a muita distância. Era a imprensa, antes, conhecida apenas pela escrita; hoje já na imprensa falada. A imprensa vista é a que pode traduzir o que se deve dizer por liberdade de expressão.

Para se atingir este ponto, morreu muita gente muito direito foi sacrificado. A humanidade lutou para nos entregar esta expressão maravilhosa da liberdade de pensamento. Pois bem, nesta hora de liberdade o único escravo que eu conheço e o jornalista. O pobre coitado é obrigado a escrever aquilo que a direção do jornal permite; é obrigado a escrever somente aquilo que interesse a orientação de seu jornal. Pobre jornalista — único escravo da idade moderna! Mas, poder-se-ia perguntar: então a liberdade de imprensa ficou na mão do mas, poder-se-ia perguntar: então a liberdade de imprensa ficou na mão do dono da empresa? Também não. O dono da empresa também é escravo, porque o dono da empresa é o freguês. E o freguês o dono da liberdade de imprensa. E o escravo do seu freguês. E os grupos econômicos que dão a orientação aos jornais. An que saudade do tempo de Patrocínio, que precisava correr e Ric de Janeiro em busca de alguns mil réis para atender as necessidades dos seus tipógrafos! Era a imprensa idealista, e os donos de jornais eram donos de jornal para a defesa de uma causa.

O jornal não havia se comercializado, não havia virado indústria. Depois, o jornal virou indústria, e não podemos mais atacar os jornais porque o dono do jornal é um industrial como qualquer outro. Ele quer lucro, ele não tem medo de servir a quem paga. E como quem paga é quem tem dinheiro, tudo se faz de conformidade de interesse econômico não dos reais interesses de uma nação. Por isto é que assistimos a esta fraude da opinião pública que por isso mesmo não reflete um regime democrático puro mas apenas um simulacro de democracia.

Sr. Presidente, antes de prosseguir na minha argumentação, requiero a V. Exa. uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência vai mandar proceder à verificação de presença equitativa, e convida o nobre deputado Cardoso Alves para auxiliá-la.

É feita a chamada.

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada 3 Srs. deputados.

Continua com a palavra o nobre deputado Marco Antonio.

O SR. MARCO ANTONIO — Sr. Presidente, falávamos e respeito do orçamento e desta proposição, que cuida de reajustar esse mesmo orçamento em mais de 3 bilhões e 200 milhões de cruzeiros.

Existem todos os financiamentos e economistas europeus que em qualquer país da Europa, para se poder aumentar um imposto, os governos gastam metade da propaganda para convencer ao povo da necessidade da medida. Os jornais lutam na elucidação das massas sobre a verdadeira situação dos diretos políticos. O chefe de um Executivo não é dono da Fazenda mas apenas um administrador dos dinheiros públicos.

Se o povo pudesse atender, por si mesmo, às próprias necessidades não precisaria dos governos. Ninguém pode tunda uma escola para a educação ou um hospital para se tratar, ou um cinema para se distrair, ou uma casa para se cuidar, ou um próprio transporte. Para isso é que existe o Estado: para atender às necessidades da coletividade. Tanto assim que, quando o particular pode se atender, e gozar de uma certa liberdade, em São Paulo, o Estado e o administrador. O voto é a expressão que o povo dá para que o eleito administre.

Como se compreende, então, que estes governos de nossa terra, o passado que nos infelicitou, quando era Governador o Sr. Jânio Quadros, e o atual, o Sr. Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, com se compreende que venham os chamar o povo, que venham enganizar ainda mais o já alienado sangue deste povo, com o constante aumento de impostos e de arrecadação?

Prevê-se neste exercício, que a arrecadação do imposto de vendas e consignações atingirá cerca de 70 bilhões de cruzeiros! E a Secretaria da Fazenda já anuncia que para o próximo exercício prevê uma arrecadação que orça em cerca de 60 bilhões!

Dinheiro maldito, porque é dinheiro tirado do povo. O imposto de vendas e consignações, como todo imposto indireto, é injusto, porque atinge tanto o rico como o pobre. O mais miserável dos cidadãos paga 3,2%, tanto o mais rico e mais rico de todos os homens. É um imposto injusto por esse aspecto. De outro lado, é o pobre quem paga. O pobre e quem paga a maioria deste imposto pelo simples raciocínio de que o número de pobres é muito maior do que o número de ricos.

Quando se fala que serão arrecadados 83 bilhões de cruzeiros através do imposto de vendas e consignações não resta dúvida de que cerca de 65 bilhões saem das classes menos favorecidas. Mais ainda: o rico paga menos imposto, porque é em menor número. Além disso, paga menos imposto porque paga no ato da compra de suas mercadorias antes de chegar ao último líquido. O rico compra no atacado, onde o imposto incide menos vezes. O pobre e enriquece compra na venda da pequena quantidade que se esgota toda capacidade tributária porque o imposto vem do produtor para o grande atacadista, para o varejista, para o atacadista, para o varejista, para, afinal, cair nas mãos do pobre, onde a incidência desse amaldiçoado imposto é de três quatro e até cinco vezes.

Por isso é o pobre quem paga grande parte do imposto de vendas e consignações.